

MANDATO EM REVISTA

SENADORA LEILA DO VÔLEI

QUARTO ANO - 2022

Um ano como procuradora da Mulher

Leila é a parlamentar
mais atuante na defesa
das mulheres

Lei do Stalking

Mais de três crimes
de perseguição são
registrados por
hora no Brasil.
Saiba como
denunciar

Legado para o Esporte

Leila é protagonista na
criação de importantes
leis para o setor

Mandato produtivo e econômico

Leila é autora de 99 proposições,
sendo três Leis já em vigor

Mais de R\$ 161 milhões para o DF

Recursos para mudar a
vida dos brasilienses



ÍNDICE

Palavra da Senadora	04
Entrevista	06
Na luta pelas mulheres	08
Lei do Stalking	12
Em defesa do esporte	14
Saúde	17
Educação	18
Recursos para o DF	20
Povos originários	22
Meio Ambiente	23
Posicionamentos	24
Mandato produtivo	26
Tá na rede	27

EXPEDIENTE

Editora: Senado Federal

Edição: Felipe Linhares

Reportagem: Felipe Linhares, Ingrid Lima, Roberto Homem e Stefany Sales

Revisão: Felipe Linhares, Marco Aurélio de Souza Couto, Paulo Domingues e Roberto Homem

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Lavenere



PALAVRA DA SENADORA

Celebro a chegada de 2023 com muita esperança, fé e confiança em dias melhores. Este deverá ser um ano marcado pelo trabalho, pois com certeza será bastante árdua a tarefa de reconstruir o nosso país, tão maltratado nos últimos anos. Felizmente, o povo brasileiro se manifestou nas urnas contra as armas e a favor dos livros, pelo fim do desmatamento irresponsável e em defesa do meio ambiente e de um futuro para as próximas gerações. O momento volta a ser favorável ao acolhimento, para que enterremos de vez a falta de empatia.

Precisamos colocar em prática o que prega a linda, tocante e sempre atual Oração de São Francisco. Vamos trocar o ódio pelo amor e a ofensa pelo perdão. Vamos promover a união de todos, em desfavor da discórdia. Nós, que representamos a população, temos a obrigação de dar o exemplo. O Brasil é a prioridade, independentemente das diferenças ideológicas, pessoais e partidárias. De minha parte, estou pronta para contribuir com todo o esforço e dedicação para alcançarmos melhorias na qualidade de vida dos brasileiros.

Mais de 33 milhões de pessoas enfrentam o terror da fome em nosso país. E a fome tem gênero, ela é feminina. Seis em cada dez famílias lideradas por mulheres sofrem com algum grau de insegurança alimentar. Apenas 40% da nossa população tem acesso pleno à alimentação. É prioridade combater esta tragédia. Como dizia Betinho, com muita sabedoria, "quem tem fome tem pressa."

Acredito que veremos um país mais justo e solidário, com acolhimento e amparo aos que mais

necessitam, colocando as pessoas em primeiro lugar, ao invés dos escusos interesses por dividendos políticos. Também confio que enterraremos os tristes dias em que o meio ambiente, os índios e a sustentabilidade eram considerados entraves ao progresso. Temos a obrigação de garantir a preservação do planeta, para que as futuras gerações possam ter direito a uma boa qualidade de vida. Confio que as pautas femininas receberão maior atenção nos próximos anos. A mulher precisa ter maior participação política e assento nos postos de comando. O olhar e a experiência feminina e masculina se complementam. Temos que contribuir para acelerar esse processo que levará à igualdade de gênero, aprovando matérias como o projeto que estipula igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função.

Também acredito que o Esporte voltará a ser uma ferramenta intersetorial, que promove saúde e desenvolvimento econômico e social. Como membro do Grupo de Trabalho no Esporte na equipe de transição do governo, pude contribuir para traçar um diagnóstico completo das políticas públicas para o setor.

Da mesma forma, espero que as minorias voltem a ser tratadas com o devido respeito e deixem de ser motivo de piada sem graça ou deboche. Que o brasileiro volte a ser gentil e caloroso com o seu próximo, ao invés de beligerante e ofensivo. Precisamos evoluir, depois que demos passos para trás, na escala civilizatória. Temos tudo para recuperar a imagem do Brasil e do brasileiro. Depende do nosso esforço. Trabalhando juntos, conseguiremos.

Leila Lima

ENTREVISTA - SENADORA LEILA BARROS

Por causa das eleições gerais no Brasil, o Congresso Nacional diminuiu seu ritmo de trabalho em 2022 para que os parlamentares pudessem participar dessa festa da democracia. Apesar do enxugamento das atividades parlamentares, a senadora Leila Barros completou seu quarto ano de mandato com números expressivos. Nessa entrevista, ela faz uma retrospectiva do ano e fala de suas expectativas para o futuro.



Depois de dois anos de sofrimento e restrições provocadas pela Covid-19, finalmente o mundo ensaia uma volta à normalidade. Qual balanço a senhora faz do período da pandemia?

Leila – No aspecto positivo, o Sistema Único de Saúde (SUS) - mesmo com todas as suas dificuldades e deficiências – demonstrou que é imprescindível para a população. Os profissionais da saúde, esses heróis anônimos que têm a missão sagrada de salvar vidas, também deram lições de coragem, profissionalismo e senso de amor ao próximo. Por sua vez, o povo brasileiro, em sua grande maioria, mostrou-se solidário e disposto a fazer sacrifícios em favor do bem comum. A crise sanitária também atestou a importância fundamental da ciência para a sobrevivência da espécie humana. Por outro lado, algumas lições negativas merecem reflexão. A principal é que em pleno século XXI continua expressivo o número de pessoas que renegam a ciência e defendem crenças há muito tempo já rechaçadas. Pior: a pandemia mostrou políticos se prestando ao papel de

disseminar desinformação, colocando em risco a saúde pública. Também lamentável foi ver que, mesmo em um período crítico para a humanidade, houve corrupção e desvio de dinheiro público destinado a salvar vidas. Isso ocorreu inclusive aqui no governo do Distrito Federal.

O governo federal e o GDF cometeram diversas falhas na condução do enfrentamento à pandemia. Na sua avaliação, como o Congresso Nacional se comportou diante desse desafio?

Leila – Os sucessivos erros do governo federal contribuíram para que o Brasil chorasse a morte de quase 700 mil de seus cidadãos. Muitas dessas vidas destruídas e futuros interrompidos poderiam ter sido evitados. O cenário só não foi pior porque, enquanto se fazia propaganda de medicamentos ineficazes e se descumpriam as medidas de proteção, o Congresso Nacional atuava com foco na proteção das pessoas. Aprovamos leis que garantiram a sobrevivência das famílias mais afetadas e que evitaram que diversas pequenas empresas

quebrassem. Alteramos a legislação para facilitar a aquisição das vacinas e criamos condições para garantir o equilíbrio fiscal de estados e municípios, entre tantas outras medidas adotadas. No plano local, a bancada federal destinou várias emendas para auxiliar no enfrentamento à pandemia. Lamentavelmente, o GDF – ou por incompetência ou por não considerar prioridade – não aplicou parte desse dinheiro. Também procuramos contribuir com a fiscalização dos escândalos de corrupção, que inclusive levaram quase toda a cúpula da Secretaria Estadual da Saúde à cadeia. Infelizmente, manobras do governador impediram que uma CPI fosse aberta na Câmara Legislativa para elucidar as denúncias. O resultado é que a população do DF, que sofreu com a falta de leitos, de equipamentos e de insumos, também ficou sem resposta sobre o desvio do dinheiro que ela pagou por meio de impostos.

O que de mais importante a senhora tem a apresentar depois de pouco mais de um ano como procuradora Especial da Mulher do Senado?

Leila – O trabalho realizado à frente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado dignificou o meu mandato como senadora. No período, várias leis importantes para as mulheres foram aprovadas, graças à nossa atuação em parceria com as bancadas femininas do Senado e da Câmara dos Deputados. Foram mais de 11 leis e vários vetos presidenciais derrubados, atendendo aos interesses da mulher brasileira. Um desses vetos foi o relacionado à distribuição de absorventes higiênicos femininos. Entre as leis, eu citaria a de nº 14.245, a Lei Mariana Ferrer, que coíbe a prática de atos atentatórios à dignidade de vítimas e testemunhas em julgamentos. Como procuradora, por meio de notas, discursos, artigos e outras formas de manifestação, pude levar até a opinião pública a voz feminina de repúdio a atos e declarações misóginas, racistas e machistas e expressar nosso apoio e solidariedade às mulheres vítimas de agressões de todos os tipos. Independente de cargo, minha luta em defesa da mulher é permanente. Continuarei trabalhando incansavelmente para que as mulheres conquistem o respeito, a dignidade e a igualdade que merecem.

O Instituto Azmina - ONG com atuação destacada na luta pela igualdade de gênero - classificou a senhora como 1º lugar no ranking Elas no Congresso, que analisa a atuação dos deputados e senadores com temas relacionados aos direitos das mulheres. Como a senhora recebeu o resultado?

Leila – Esse ranking é muito importante porque é feito por integrantes de 17 organizações que trabalham pelas mulheres, como, por exemplo, Instituto Maria da Penha, Instituto Patrícia Galvão, CFEMEA e o LabCidades, da USP. Durante a campanha que me conduziu ao Congresso Nacional, me comprometi em priorizar o trabalho em favor das mulheres. Esse reconhecimento

sinaliza que estou no caminho certo. Foram quase R\$ 3 milhões de emendas individuais e de bancadas destinados a projetos em defesa da mulher e da promoção do seu bem-estar. Também fui relatora de várias matérias importantes, entre elas a lei que destina pelo menos 5% do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Fui autora de vários projetos que buscam garantir a proteção e resguardar os direitos das mulheres, entre eles o que se transformou na Lei do Stalking.

A Lei do Stalking, de autoria da senhora, também completou um ano de vigência. Ela vem cumprindo as expectativas?

Leila – Segundo levantamento feito pelo jornal Folha de S. Paulo, divulgado em abril, existiam até aquela data pelo menos 1.276 processos judiciais envolvendo casos de stalking, em nove Tribunais de Justiça que responderam a pesquisa do veículo. Com o decorrer do tempo,

“mais de 3 casos de stalking foram denunciados por hora no Brasil, em 2021”

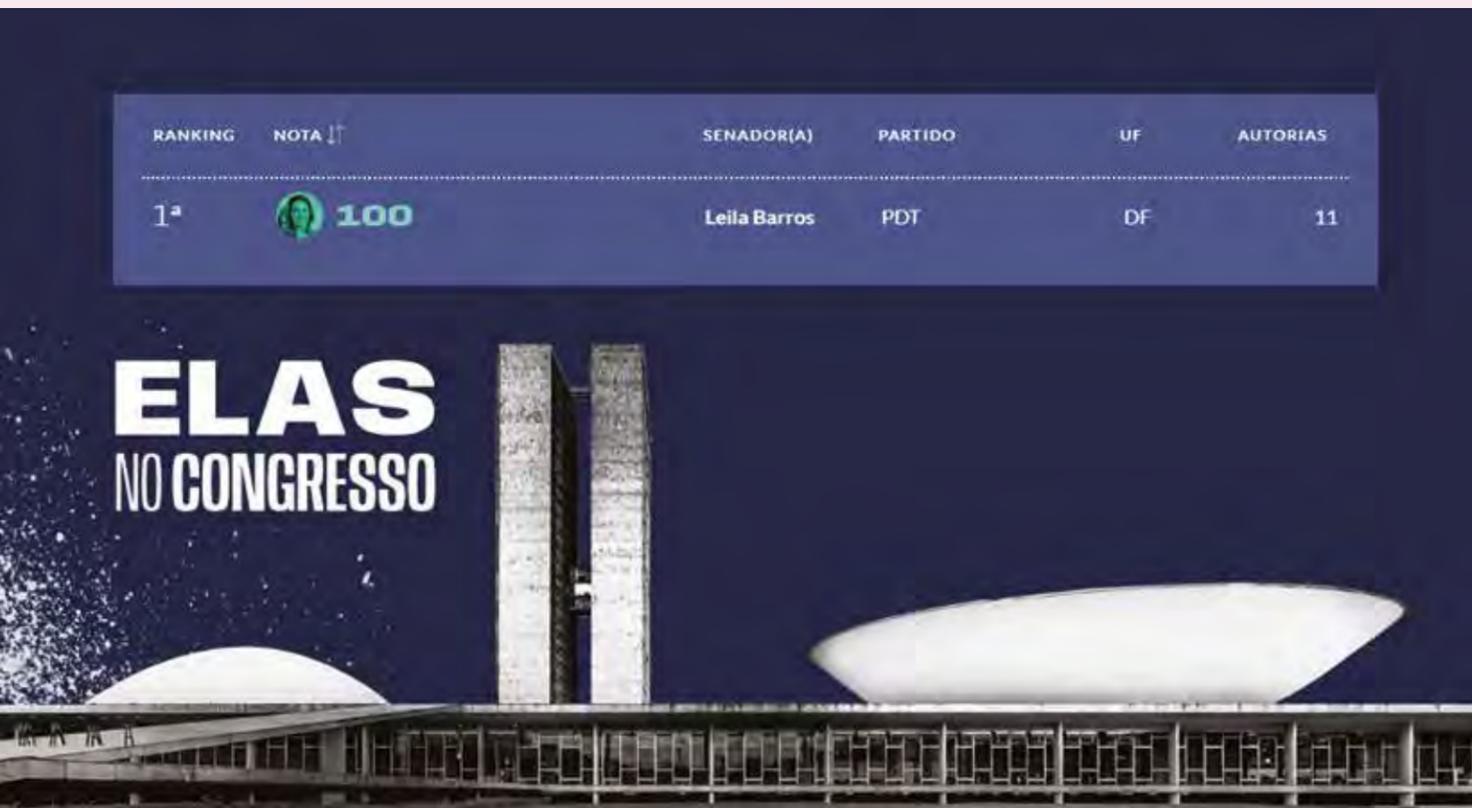
mais e mais pessoas vão compreendendo que é crime passível de punição perseguir alguém, de forma reiterada, ameaçando sua integridade física ou psicológica ou restringindo seus movimentos, invadindo sua privacidade ou interferindo em sua liberdade. Pela primeira vez, o crime de stalking constou no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Foram 27.700 casos em 22

estados. Ou seja: mais de três casos de stalking foram denunciados por hora no Brasil, em 2021. Os dados mostram que a legislação está consolidada e vem produzindo resultados significativos na proteção principalmente das mulheres, que são as maiores vítimas do stalking.

O Brasil vai iniciar 2023 com um novo governo e com um Congresso Nacional renovado. Quais as suas expectativas e prioridades para o ano de 2023?

Leila – Vamos viver uma fase de transformação e de reconstrução do país. O eleitor deu o seu recado nas urnas. Ele não compactua com o autoritarismo, o desprezo pelas instituições, a irresponsabilidade fiscal e nem com a falta de empatia. Vivemos anos difíceis, em que governantes valorizavam mais as armas do que os livros e o meio ambiente foi tratado como entulho impeditivo para o desenvolvimento. Agora, o momento é de união e de diálogo. É tempo de pacificação dos ânimos para que possamos colocar novamente o Brasil no caminho que o levará a um futuro melhor para o seu povo.

LEILA É A PARLAMENTAR MAIS ATUANTE NA DEFESA DAS MULHERES



RANKING	NOTA	SENADOR(A)	PARTIDO	UF	AUTORIAS
1ª	100	Leila Barros	PDT	DF	11

Leila lidera o ranking dos senadores e senadoras mais atuantes na defesa das mulheres

Um levantamento do ranking Elas no Congresso apontou a senadora Leila Barros como a campeã de propostas favoráveis aos direitos das mulheres. A parlamentar é autora de 11 proposições voltadas para o público feminino, distribuídas entre os seguintes temas: violência contra a mulher, feminicídio, licença-maternidade, economia, trabalho e educação.

O projeto mais recente é o PL 2.082/22, que torna crime

a violência obstétrica e estabelece procedimentos para a prevenção da prática no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o texto, configura-se como violência obstétrica "qualquer conduta que seja direcionada à mulher durante o trabalho de parto ou puerpério, praticada sem consentimento, desrespeitando sua autonomia ou feita em desacordo com procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e que lhe cause dor, dano ou sofrimento desnecessário."

ELAS NO ORÇAMENTO

O relator da PEC da Transição, senador Alexandre Silveira, incorporou ao texto aprovado pelo Senado algumas inovações que a senadora Leila Barros apresentou. Dentre elas, a determinação para que o governo apresente até agosto de 2023 um projeto de Lei Complementar para definir um novo regime fiscal, a garantia da manutenção dos programas sociais com um limite de despesa e a revogação do Teto de Gastos a partir da aprovação da nova âncora fiscal. As contribuições surgiram de um trabalho conjunto com o grupo Elas no Orçamento, composto por mais de 300 mulheres especialistas em finanças públicas. "É uma honra dar voz e representatividade a técnicas tão comprometidas com a reconstrução do Brasil. Sem a PEC, seria inviável dar continuidade a programas sociais, como o Bolsa Família e o Farmácia Popular, disse Leila.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

O PL 2.082/2020, de autoria da senadora Leila, insere no Código Penal Brasileiro o crime de violência obstétrica. A proposta estipula detenção de três meses a um ano. Caso a vítima tenha idade inferior a 18 anos ou superior a 40 anos, a punição será agravada, podendo chegar a dois anos de prisão. A proposta adiciona à Lei do SUS (Lei 8.080) a determinação para que o sistema realize ações e campanhas para combater a prática.

Em 2022, Leila completou um ano à frente da Procuradoria Especial da Mulher no Senado (ProMul). Um ano de trabalho coroadado com um grande número de leis aprovadas, manifestações públicas sobre assuntos referentes às mulheres e a sintonia entre a ProMul, a Liderança da Bancada Feminina e a liderança da bancada de deputadas federais, configurada na atuação da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher da Câmara.

"Nesses 12 meses em que estivemos à frente da ProMul, assistimos à aprovação de 11 leis referentes às mulheres e obtivemos vitória na derrubada de vetos importantes", comemora a senadora, referindo-se a iniciativas que incidiram sobre pontos críticos para promover o bem-estar, a segurança, a saúde e o

enfrentamento à violência contra as mulheres. Grande projeção teve a aprovação da distribuição de absorventes higiênicos femininos, cujo veto precisou ser derrubado em votação no Congresso.

"Garantir absorventes femininos demonstra sensibilidade e solidariedade do Congresso Nacional com as mulheres. Proporcionar esse direito básico é uma questão de dignidade e respeito."

A garantia da dignidade de vítimas e testemunhas em julgamentos também foi garantida no Congresso Nacional com o trabalho de Leila na ProMul. A Lei 14.245 recebeu a alcunha de Lei Mariana Ferrer, em homenagem à jovem que sofreu coação em audiência judicial. As cenas causaram grande comoção na opinião pública e levaram a senadora Leila e a deputada Tereza Nelma, procuradora da Mulher da Câmara, a entregarem pessoalmente um dossiê sobre o caso ao procurador-geral da República, Augusto Aras.



Cerimônia de entrega do diploma Bertha Lutz. A senadora Leila Barros indicou e entregou a honraria a Ilda Peliz, fundadora do Hospital da Criança de Brasília.

R\$ 2.870.000 EM AÇÕES PARA AS MULHERES

- R\$ 1,52 milhão para projetos esportivos
- R\$ 500 mil para capacitação e o empreendedorismo
- R\$ 450 mil para a Casa da Mulher Brasileira
- R\$ 400 mil para palestras sobre empoderamento e de prevenção à violência doméstica

APROVADOS NO SENADO

RELATÓRIOS DE LEILA PARA GARANTIR DIREITOS ÀS MULHERES E PUNIR AGRESSORES

Duas importantes relatorias da senadora Leila Barros foram aprovadas neste ano pelos senadores. Os textos foram enviados para análise da Câmara dos Deputados e, caso sejam aprovados, poderão seguir para sanção presidencial. Um deles é o PL 3.717/21, que institui a Lei dos Direitos da Mãe Solo.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são mais de 11 milhões de mães solo no Brasil. Elas poderão ser beneficiadas com atendimento prioritário em programas de assistência social, moradia e regularização fundiária, em ações voltadas para o aumento de sua participação no mercado de trabalho e na reserva de vagas em creches, entre outros.

A política pública atenderá mulheres provedoras de família monoparental registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo e dependentes de até 14 anos de idade. Em qualquer benefício assistencial destinado a famílias com crianças e adolescentes, a mãe solo terá direito à cota dobrada.

Com o objetivo de garantir mais direitos às mães, o

Senado aprovou um projeto de Lei para incluir o rastreamento de sintomas depressivos em gestantes entre as ações previstas no pré-natal. O novo texto do PLC 98/2018 foi construído pela senadora Leila Barros, relatora da proposição, com a contribuição de profissionais, como a psicóloga Alessandra Arrais.

A proposta determina que o rastreamento dos sintomas depressivos deverá ser feito preferencialmente no primeiro e no terceiro trimestres de gestação. Uma vez identificada a doença, as gestantes deverão ser imediatamente encaminhadas para acompanhamento por psicólogo ou psiquiatra. Também determina que o rastreamento de sintomas depressivos continue durante o pós-parto e o período de cuidados com o bebê.

Um dispositivo foi inserido para que, independentemente da presença de sintomas depressivos, a gestante em cujo nascituro tenha sido identificada alguma anomalia seja prontamente encaminhada para avaliação. O mesmo valerá para a mãe cujo recém-nascido apresente deficiência, doença rara ou crônica. O mesmo tratamento será garantido às puérperas que tenham perdido o neném durante a gestação.

MAIOR PUNIÇÃO PARA CRIMES CONTRA A HONRA

O Senado também aprovou neste ano um projeto de autoria de Leila para aumentar as penas dos crimes contra a honra — calúnia, difamação e injúria — cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. “É fundamental combater o preconceito e a violência contra a mulher na fase inicial, antes que se torne uma agressão física e evolua até o feminicídio”, ponderou a parlamentar do Distrito Federal. Em 2021, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou um crime contra as vidas de mulheres a cada sete horas. Isso corresponde a mais de 1,3 mil feminicídios.

MULHERES NA POLÍTICA



A ProMul, liderada pela senadora Leila Barros, produziu e distribuiu exemplares da cartilha “Eleições 2022 – Mulheres a caminho das urnas” e do mapa “Mulheres na Política 2022”. O objetivo das publicações foi mostrar a participação feminina nos espaços de poder, apresentar os direitos e orientar as mulheres que participaram das eleições de 2022. Faça o download das publicações apontando a câmera do celular para a imagem ao lado.

O trabalho de Leila pelas mulheres não vai parar. Veja, a seguir, outros destaques da pauta feminina defendida pela senadora:

- Autora do pedido de auditoria nos programas de prevenção e combate à violência contra a mulher e ao feminicídio do governo federal;
- Relatora da Lei que destina pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Autora do projeto que aumenta as penas dos crimes contra a honra — calúnia, difamação e injúria — cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino;
- Relatora da Lei que institui a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica;
- Relatora da Lei que criou o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Estupro.
- Relatora da Lei que prevê a apreensão imediata de arma de fogo em posse do agressor;
- Relatora da Lei que autoriza autoridades policiais a afastarem o agressor do convívio familiar com as vítimas;
- Relatora da Lei que agiliza o pedido de divórcio para mulheres vítimas de violência doméstica;
- Autora do projeto que inclui a violência eletrônica na Lei Maria da Penha;
- Autora do projeto que torna crime a violência obstétrica e estabelece procedimentos para a prevenção da prática no Sistema Único de Saúde (SUS);
- Autora do projeto que garante um espaço de amamentação em creches públicas.
- Autora do projeto que estabelece a inclusão de medidas de atendimento acessível (Libras e Braille) à mulher com deficiência e que esteja em situação de violência doméstica e familiar;
- Relatora do projeto que inclui o rastreamento de sintomas depressivos em gestantes entre as ações previstas no pré-natal;
- Relatora do projeto que institui a Lei dos Direitos da Mãe Solo;
- Relatora do projeto que reserva 30% das vagas parlamentares para mulheres;
- Relatora do projeto que susta portaria do Ministério da Saúde para restabelecer o direito de mulheres a partir dos 40 anos de realizar mamografias pelo SUS;
- Relatora do projeto de Lei que obriga as Secretarias de Segurança Pública a divulgar, mensalmente, os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.



UM ANO DA LEI DO STALKING

Depois de mais de um ano e meio em vigor, a Lei do Stalking tem se constituído em uma ferramenta fundamental no combate ao feminicídio no Brasil. Denunciar esse tipo de assédio pode evitar que um caso de perseguição evolua para violência ou até mesmo termine em uma tragédia de proporções maiores. Em 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mais de três casos de stalking foram registrados no país a cada hora. “E esses números não refletem a totalidade, pois a legislação é nova e alguns estados brasileiros ainda não tinham começado a contabilizar os casos”, explica a senadora Leila Barros, autora do projeto que se transformou na Lei 14.132/21.

Segundo a senadora pelo Distrito Federal, quanto mais forem divulgadas informações sobre o stalking e a legislação em vigor, mais as mulheres terão condições de se proteger. “Conhecer a lei e saber usá-la quando houver necessidade pode representar a diferença entre a vida e a morte de uma vítima”, observa. Depois que a Lei de autoria de Leila entrou em vigor, foi tipificado o crime de “perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”, conforme consta na Lei do Stalking, que passou a figurar no Código Penal Brasileiro.

Em março de 2022, quando a Lei do Stalking completou um ano em vigor, o jornal Folha de S. Paulo apurou que existiam pelo menos 1.276 processos judiciais do tipo. Os números se referiam a apenas nove Tribunais de Justiça que responderam aos questionamentos do jornal paulista. Segundo o levantamento, os tribunais que mais iniciaram processos por perseguição foram os de Santa Catarina (325), Rio de Janeiro (304), Rio Grande do Sul (282) e Bahia (282). São Paulo só registrou 15 ações, e Minas Gerais, 2, o que sinaliza uma expressiva subnotificação.

Já a revista Veja, coletando dados em tribunais de justiça de 14 estados brasileiros, contabilizou 4.791 processos instaurados desde que a Lei do Stalking entrou

em vigor. Os casos envolvem situações na Internet e também na vida real. Na mesma pesquisa, que reúne dados de 2021, o veículo apurou que foram prestadas 17.195 queixas de stalking apenas no estado de São Paulo. Apesar de o levantamento ser mais abrangente que o da Folha de S. Paulo, os números apurados ainda são tímidos e distantes da realidade.

As mulheres são as vítimas mais frequentes, e as principais causas da perseguição são o final de um relacionamento ou a negativa em iniciá-lo. A lei estipula uma pena de até dois anos de prisão. Pode haver um acréscimo nas situações em que a pessoa perseguida seja criança, adolescente, idosa ou mulher. Antes de possuir uma tipificação exclusiva no Código Penal, a prática de perseguição costumava ser enquadrada como ameaça. A pena era prisão de um a seis meses. Alguns casos eram tratados como uma contravenção penal mais leve, por perturbação da tranquilidade da vítima, punida com detenção de 15 dias a dois meses.

Segundo a revista Veja, pesquisa nacional realizada nos Estados Unidos revelou que, de cada três mulheres, uma declarou ter sofrido stalking em algum momento da vida. De acordo com o Stalking Resource Center, uma ONG americana que estuda o stalking, 89% das vítimas de feminicídio foram perseguidas antes de serem assassinadas. Esse dado demonstra com clareza a importância da Lei do Stalking e a necessidade de a vítima denunciar quando se sentir perseguida, ao invés de ficar em silêncio.

Em grande parte das vezes, o assédio começa de forma virtual - por meio de mensagens ou comentários nas redes sociais - além de e-mails, e vai se intensificando até encurralar a vítima. “É fundamental que a pessoa conte a situação a amigos e parentes, e não interaja com o perseguidor. Ela também deve bloquear imediatamente aquele contato, tirar “prints” dos ataques ou gravar as evidências da perseguição e denunciar à polícia e às redes sociais”, ensina a senadora Leila Barros. O ideal é procurar uma delegacia especializada em crimes virtuais ou delegacia da mulher, se a vítima for do sexo feminino.

COMO DENUNCIAR O STALKING?

CRIME OCORRE QUANDO HÁ AMEAÇA À INTEGRALIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA VÍTIMA

PONTOS QUE INDICAM QUE ALGUÉM ESTÁ SENDO VÍTIMA DE PERSEGUIÇÃO

- Quando há medo de sair de casa
- Vítima sente a necessidade de mudar sua rotina
- É preciso bloquear perfis e números de telefone
- Vítima tranca suas contas nas redes sociais
- Há tentativas de invadir dispositivos eletrônicos ou locais físicos

A PERSEGUIÇÃO QUE NÃO TEM LIMITES

A MASSOTERAPEUTA E O SERVIDOR



Uma massoterapeuta de 30 anos viveu momentos de pânico após atender, durante algumas sessões, um funcionário público de 45 anos. Ele ficou obcecado pela profissional e, depois de algumas sessões, quis obrigá-la a só fazer massagens para ele. Quando foi bloqueado e a profissional recusou novos agendamentos, passou a intimidá-la e persegui-la nas redes sociais e pessoalmente. Após ele invadir seu local de atendimento, na Asa Sul de Brasília, na presença de outros clientes, a massoterapeuta finalmente o denunciou à polícia, que requereu medidas protetivas. Fonte: Portal Metrôpoles

O COMERCIANTE PUNIDO



Outro caso de stalking registrado em Brasília foi o de um homem preso por invadir as dependências do Batalhão de Policiamento com Cães da PMDF. Ele perseguia uma cabo e queria forçar um encontro. Foi rendido e preso por policiais e conduzido à delegacia. Há semanas o comerciante perseguia a policial, inclusive monitorando suas redes sociais. Depois de passar por audiência de custódia, a Justiça determinou que ele usasse tornozeleira eletrônica por três meses e mantivesse distância mínima de 300 metros da sua vítima. Fonte: Portal Metrôpoles

OS ABUSOS DO STALKING



A atriz Paolla Oliveira teve o condomínio onde mora invadido pelo português Luís Mário Piçarra, depois de ele ter passado três meses enviando mensagens ameaçadoras pelo Instagram. Ela e o namorado, o músico Diogo Nogueira, foram à polícia e Piçarra acabou extraditado. Já o cineasta Uriel Marques, 26 anos, foi perseguido por um estranho de meia-idade nos lugares que frequentava. Depois que ele passou a suspeitar que estava sendo vítima de stalking, a situação evoluiu para importunação sexual. Constrangido e achando que não lhe dariam crédito, não prestou queixa. Fonte: Revista Veja.

EMPREGO POR SEXO



A promotora de eventos e modelo gaúcha Carolina Cascaes, 33, logo após chegar a São Paulo, tentou trabalhar como atendente num camarote do Carnaval de 2018. Enviou foto e seus dados para Júnior, o responsável pela seleção. Ele tentou marcar um encontro, mesmo sabendo que ela era casada e tinha filho. Carol foi tentando se desvencilhar educadamente, para não perder a vaga. Ele insistiu. Quando ela falou que não se submeteria àquilo só para conseguir o emprego, sofreu todos os tipos de ameaça e agressão. Depois disso, ela decidiu expor nas redes sociais o assédio do qual foi vítima. Começaram ameaças de morte e perseguição e o assediador postou sua foto em uma página de sexo, a identificando como uma garota de programa. Fonte: Folha de S. Paulo.

COMO DENUNCIAR

Procurar a delegacia mais próxima ou acessar a delegacia eletrônica da Polícia Civil para fazer o registro do boletim de ocorrência de perseguição. Quanto antes a denúncia for feita, mais chance de a polícia investigar e punir o agressor.

IMPORTANTE

Para a polícia prosseguir com uma investigação, a vítima precisa fazer uma representação, que significa dizer às autoridades que deseja que o agressor seja processado. Isso pode ser feito em até seis meses a partir do momento em que se sabe quem é o autor do crime.

QUATRO ANOS DE TRABALHO

UM LEGADO PARA O ESPORTE NACIONAL

Os primeiros anos de Leila Barros no Poder Legislativo foram marcados pela discussão, elaboração e aprovação de importantes projetos para o esporte nacional. Em 2022, mais duas importantes conquistas foram acrescentadas à lista de benfeitorias em que a ex-atleta trabalhou no Senado Federal.

A primeira delas foi a aprovação e sanção da Lei que prorrogou até 2027 a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). A senadora Leila cobrou no Plenário a análise da matéria e atuou nos bastidores para garantir que o projeto atendesse aos pleitos do segmento esportivo. “A LIE mudou drasticamente a realidade do incentivo nacional ao esporte. Só em 2021, foram captados R\$ 450 milhões por entidades, através de 2.507 projetos. E o mais importante de tudo, mais de 65% destes projetos foram educacionais e de lazer, contra 35% de projetos de esporte de rendimento”, destacou a parlamentar.

O texto sancionado também aumentou as alíquotas que contribuintes e empresas parceiras do esporte

poderão utilizar nas deduções anuais ao Imposto de Renda e incluiu escolas dos ensinos fundamental, médio e superior como captadoras de recursos.



Atletas que defenderam o Brasil mundo afora foram ao Senado participar da mobilização pela aprovação da nova Lei de Incentivo ao Esporte.

LEI GERAL DO ESPORTE

DA GAVETA PARA OS PLENÁRIOS

Após cinco anos de espera, o projeto que cria a nova Lei Geral do Esporte finalmente foi analisado e votado por deputados e senadores. Desde o início do mandato, a senadora Leila Barros batalhou para destravar o PLS 68/2017, que sistematiza o Esporte. “Ele estabelece as atribuições dos entes federativos, aborda as questões trabalhistas no segmento, trata sobre as tributações, cria normas de transparência na prestação de contas daquelas entidades que recebem recursos públicos e corrige uma distorção histórica ao estabelecer a equidade das premiações entre homens e mulheres”, disse a senadora do Distrito Federal.

Leila assumiu a relatoria do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, na sequência, no Plenário do Senado. Em pouco mais de três meses de trabalho, a parlamentar construiu o texto com sugestões dadas por entidades e pessoas ligadas às mais diferentes áreas do esporte, como atletas e agentes, a Confederação Brasileira de Atletismo, sindicatos de atletas profissionais, representantes de técnicos esportivos, entidades sociais que atuam na área esportiva, como a Atletas pelo Brasil, clubes esportivos sociais, a exemplo do Minas Tênis Clube, e órgãos públicos, como foi o caso do Tribunal de Contas da União (TCU).

“O meu relatório final sintetizou um acordo que pacificou os debates em pontos sensíveis. Foi sem dúvida esse trabalho coletivo que permitiu a aprovação por unanimidade do PLS 68/2017 na Casa”, explicou Leila Barros.

Encaminhado à Câmara dos Deputados, o novo texto do PLS 68/2017 foi copiado e inserido em uma outra proposta de Lei. O relator na Câmara promoveu modificações que quebraram o acordo construído por Leila. Entidades do movimento esportivo, como a Associação Brasileira de Cronistas Esportivos (Abrace) e a Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf) criticaram as mudanças e defenderam a indicação de Leila para retomar a relatoria da proposta e reconstruir as bases do acordo.

MAIS SOBRE A LEI GERAL DO ESPORTE



Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e fique por dentro do texto da nova Lei Geral do Esporte construído pela senadora Leila.

ORÇAMENTO DO ESPORTE

Leila Barros foi a única senadora a compor o Grupo Técnico (GT) sobre Esporte do governo de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. “Fizemos um trabalho minucioso para traçar um diagnóstico das políticas públicas para o setor. Uma missão de suma importância para auxiliar na construção de um orçamento que permita a manutenção e a criação de programas que recoloquem o esporte como uma ferramenta de inclusão social, de promoção da saúde e de desenvolvimento”, afirmou a brasileira.

A senadora Leila participou ativamente das discussões para aumentar os recursos para a área, levando o pleito ao relator do Orçamento, senador Marcelo Castro, e ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin. O trabalho dela no GT garantiu um orçamento de R\$ 1,8 bilhão para o Ministério do Esporte em 2023.

APOIO AO DESPORTO ESCOLAR

O Senado aprovou um projeto de lei, de autoria da senadora Leila Barros, para impulsionar o desporto escolar. O PL 3.467/2019 determina que todo equipamento esportivo custeado com recurso público pode ser utilizado no desenvolvimento de programação destinada a atividades de desporto educacional. O PL prevê também a disponibilização de educação física em todas as etapas da educação básica, a garantia de intervalo de ao menos 15 minutos entre a aula de educação física e a próxima disciplina e inclui o combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

AGORA É LEI!

Foi sancionada em 2022 a legislação que cria o Dia Nacional da Natação. A Lei 14.839 tem origem no PL 5.514/2019, relatado por Leila no Senado. A homenagem ocorre em 2 de agosto, data em que Tetsuo Okamoto conquistou a primeira medalha olímpica brasileira na natação, um bronze nos 1.500 metros. A data foi sugerida por três entidades ligadas ao esporte: a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Conselho Federal de Educação Física (Confef).

FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ATLETAS

Leila é autora de um projeto que cria mecanismos para que os atletas continuem seus estudos na escola e nas universidades e consigam conciliá-los com a carreira esportiva, que exige uma árdua rotina de treinos e viagens para competições. O PL 2.493/2019 faz alterações em outras legislações para garantir que sejam abonadas, nos dias necessários à participação e deslocamento para competições e processos seletivos, as faltas dos alunos atletas de modalidades olímpicas em processo de seleção e selecionados para as equipes escolares, regionais, estaduais, municipais ou nacionais. Além disso, o texto garante que as instituições viabilizem uma segunda chamada ou um processo alternativo de avaliação, caso os atletas faltem em dias de provas. O projeto já foi aprovado no Senado e aguarda análise da Câmara dos Deputados.

PAIS E FILHOS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou um projeto de Lei que permite ao funcionário se ausentar do serviço, por até três dias a cada seis meses, sem prejuízo do salário, para acompanhar dependente menor de 16 anos em competições esportivas oficiais. O PL 3.966/2019 foi relatado pela senadora Leila Barros. O texto foi encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

REFRIGERANTES X ESPORTE

Como forma de combater a obesidade infantil e a diabetes, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou um projeto de Lei que propõe aumentar a taxação na comercialização da produção e importação de refrigerantes e bebidas açucaradas. O PL 2.183/2019 foi aprovado com uma emenda da senadora Leila Barros, determinando que 20% do valor arrecadado irão para o financiamento de ações, programas e projetos esportivos e paradesportivos. Os 80% restantes da arrecadação serão destinados às despesas com ações e serviços públicos de saúde.

EDUCAÇÃO FÍSICA

+ DE 500 MIL PROFISSIONAIS EM TODO O PAÍS



VEJA O QUE LEILA JÁ FEZ PARA VALORIZAR A CATEGORIA

- **Autora do PL 3.467/2019, que oferta aulas de educação física em todas as etapas do ensino básico;**
- **Relatora do projeto que propõe a obrigação de que as aulas de educação física sejam ministradas apenas por profissionais devidamente habilitados nessa área;**
- **Relatora do PL 4.614/2019, que obriga a presença de professores de educação física em atividades de iniciação esportiva.**

LEILA DESTINA RECURSOS PARA HOSPITAIS E UNIDADES DO DF

Foram mais de R\$ 50,5 milhões que a senadora Leila Barros destinou para melhorar o serviço público de saúde oferecido aos brasilienses. De acordo com um levantamento do Observatório de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), em 16 anos, este é o serviço com a pior avaliação pelo morador da capital da República.

“Política pública de qualidade se faz com investimento e gestão. Como senadora, fiz a minha parte destinando esses recursos que mantêm os hospitais e unidades de saúde em funcionamento. Sobre a gestão, cabe a nós parlamentares fiscalizarmos e cobrarmos o respeito que o cidadão merece”, afirmou Leila.

Para estruturar a rede pública do DF no enfrentamento à covid-19, Leila indicou R\$ 1,2 milhão para a Secretaria



de Saúde da capital. Os hospitais regionais de Taguatinga (HRT) e de Ceilândia (HRC) foram outros exemplos de unidades contempladas com R\$ 1,6 milhão para aquisição de equipamentos e insumos utilizados em consultas e cirurgias. As UPAs e as Unidades Básicas de Saúde também receberam recursos indicados pela primeira senadora eleita pelo DF.

VOCÊ SABIA?

Desde que assumiu o mandato, em fevereiro de 2019, os recursos destinados por Leila para a Saúde já atenderam 28 das 33 Regiões Administrativas do DF. A verba está custeando desde a aquisição de itens básicos de saúde até a compra de equipamentos de alto custo e reformas nas unidades de saúde da capital. Essa é a área mais beneficiada pelas indicações de emendas feitas pela senadora Leila.

VACINAS

Em mais um ano intenso de trabalho, a senadora do DF seguiu atuando em defesa das campanhas de vacinação para erradicação de doenças e proteção dos brasileiros. Leila foi relatora do projeto de Lei 5.099/2019, que determina às escolas a fixação de um prazo para que pais ou responsáveis apresentem um comprovante de vacinação das crianças matriculadas.

Hoje, a vacinação das crianças já é obrigatória pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Mas não existe prazo

para a apresentação do comprovante de vacinação para matricular as crianças na escola. O descumprimento da regra é punível com multa de três a 20 salários de referência.

Leila observou que a carteirinha de vacinação é um registro oficial do desenvolvimento da criança ao longo do tempo, além de ser um comprovante do cumprimento das vacinações obrigatórias. Ao exigir esse comprovante, salienta a senadora, o projeto cria um mecanismo que vai auxiliar no controle e monitoramento das políticas de imunização em massa.

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO

Categorias da saúde pública tiveram sua importância reconhecida pelo Poder Legislativo em 2022. É o caso dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, parteiras e agentes comunitários de saúde. O Senado aprovou, com o apoio de Leila, a criação do piso salarial nacional. “Esse é um justo e merecido reconhecimento aos profissionais que, mesmo durante a pandemia, seguiram se arriscando para proteger e salvar vidas. São verdadeiros heróis que merecem mais do que palavras bonitas de gratidão”, afirmou Leila.

ROL TAXATIVO MATA

A senadora Leila Barros foi uma das primeiras parlamentares a se posicionar contra o chamado Rol Taxativo da ANS, uma lista de procedimentos que limitou a cobertura dos tratamentos pelos planos de Saúde. Na prática, os usuários dos planos, que pagam altos valores anualmente, tiveram os serviços limitados. Há relatos de que houve interrupção em tratamentos em diversas cidades. Leila e os demais senadores aprovaram o PL 2.033/2022, que derrubou essa imposição do rol da ANS.

LEILA APROVA INVESTIGAÇÃO DE INDÍCIOS DE CORRUPÇÃO NO MEC



Os religiosos atuavam junto ao Ministério da Educação para, em troca de propina, liberar recursos do FNDE para prefeituras. O próprio presidente da República teria orientado o ministro Milton Ribeiro a atender preferencialmente os indicados por um dos pastores. O caso veio à

“O MEC não é balcão de negócios! Investigação já!”

tona após o jornal Folha de S.Paulo divulgar um áudio do então ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmando em reunião que o governo federal prioriza a liberação de verbas a municípios que eram indicados pelos pastores Gilson Santos e Arilton Moura.

“O MEC virou um balcão de negócios no governo Bolsonaro. Apesar de o meu projeto ser de 2019, ele continuou sendo válido. Solicitamos ao TCU que analise os critérios para implementar e liberar verbas da Educação. A ausência de critérios e motivações claras, isonômicas e com foco efetivo na melhoria do ensino atinge os recursos que podem ser transferidos a Estados e municípios”, afirmou a senadora Leila.

A parlamentar do Distrito Federal também assinou um requerimento apoiando a instalação da CPI do MEC. Entre os fatos determinados apontados no requerimento estão tráfico de influência, emprego irregular de verbas públicas, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, usurpação de função pública e crimes de responsabilidade.

Em 2022, o Ministério da Educação (MEC) foi o epicentro de uma grande crise no governo federal. A senadora Leila Barros se destacou como uma das parlamentares mais atuantes e produtivas na defesa da educação nacional. Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ela é autora de uma Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria na área de Planejamento e Orçamento do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A proposta foi apresentada em 2019, quando o governo federal anunciou um contingenciamento de 30% da verba de três universidades federais, dentre as quais a Universidade de Brasília (UnB). Porém, somente foi aprovada pelo Senado em 2022, após os indícios de corrupção envolvendo o então ministro Milton Ribeiro e pastores.

FORTALECIMENTO DO INEP E DO CNPQ

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a PEC 27/2021, que torna o INEP, o CNPq, a Capes, o IBGE e o IPEA instituições permanentes de Estado. De autoria da senadora Leila, a proposição visa a preservar as entidades das ingerências políticas e da descontinuidade administrativa. Para isso, elas serão alçadas à condição de instituições de Estado. “A PEC impede que o governo Federal, independentemente de quem seja o presidente, caia na tentação de maquiar dados e interferir na gestão”, explicou Leila. A proposta define ritos para a indicação de seus dirigentes e garante autonomia técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial às entidades além de estabelecer um mandato de quatro anos para os gestores.

RECONHECIMENTO AOS PROFESSORES

Professores e projetos educacionais inovadores serão condecorados pelo Senado Federal. A Comissão Diretora da Casa aprovou o PRS 12/2019, apresentado por Leila, que cria a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Florestan Fernandes. O objetivo é homenagear projetos educacionais e o trabalho das educadoras e dos educadores que se destacaram no ensino público brasileiro. “Além de estimular todos aqueles que são comprometidos com uma educação de qualidade e com o fortalecimento da cidadania, iremos plantar uma semente com o poder de multiplicar essas experiências positivas pelo país”, avaliou a senadora Leila.

MANUTENÇÃO DA LEI DE COTAS

A Lei de Cotas passou por um momento decisivo no Congresso Nacional. Dez anos após entrar em vigor, a legislação começou a ser reavaliada, como estabelecido na Lei 12.711. Embora a legislação não preveja o fim do programa de ações afirmativas, há movimentos no Congresso Nacional que almejam reduzir o alcance e até mesmo extinguir a política pública. A senadora Leila Barros foi à tribuna do Plenário defender a manutenção da Lei de Cotas. “Essa política pública mudou a vida de famílias inteiras ao democratizar o acesso ao ensino superior público no Brasil!”, afirmou Leila.

RENEGOCIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FIES

Com o apoio da senadora Leila Barros, o Senado aprovou a ampliação do FIES e a renegociação dos financiamentos para mais de um milhão de beneficiários inadimplentes. Com a pandemia e a crise econômica, as prestações em atraso somaram mais de R\$ 7,3 bilhões. Caso o estudante esteja inscrito no CadÚnico, o texto aprovado permite descontos de até 99% nas dívidas do Fies. A medida aprovada ainda permite contratos do FIES para graduação a distância ou para alunos com renda familiar *per capita* maior para cursos mais caros.



MAIS DE R\$ 161 MILHÕES

POR INDICAÇÃO DE LEILA, RECURSOS FORAM DESTINADOS AO DISTRITO FEDERAL

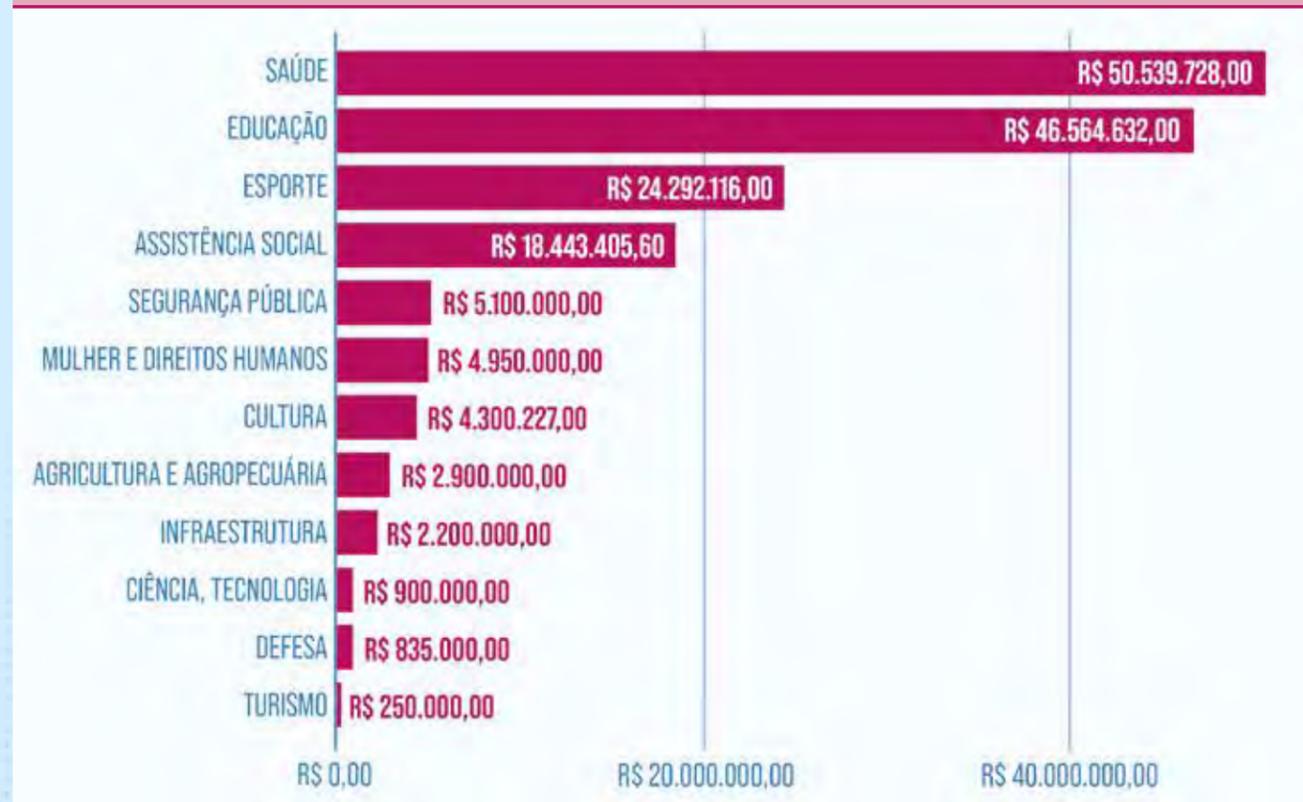
A maneira mais rápida de um parlamentar contribuir para melhorias no dia a dia da população é com a destinação de recursos do orçamento da União para obras, programas e ações nos estados e municípios. Em quatro anos de mandato, os recursos indicados pela senadora Leila Barros ao Distrito Federal já chegam a R\$ 161.275.109.

Desse total, 71,64% foram destinados para as áreas de saúde, educação e assistência social. “O brasileiro sofre há anos com péssimos serviços públicos prestados nessas áreas. Lamentavelmente, a situação ainda foi agravada pela pandemia. Sigo firme com o meu compromisso de enviar recursos para atenuar o

cenário e fazer com que a população seja mais bem atendida”, afirmou Leila.

Anualmente, o governo federal precisa elaborar um projeto de lei orçamentária para determinar os investimentos que serão feitos no ano seguinte com os recursos arrecadados dos impostos. Para que o processo seja mais transparente, o orçamento é apresentado ao Congresso Nacional, que analisa o projeto e define se aprova ou não a proposta do governo. Como deputados e senadores conhecem melhor a realidade e as necessidades nos seus estados e municípios, cabe a eles fazer a indicação para o investimento dos recursos do orçamento.

ÁREAS CONTEMPLADAS COM AS EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA INDICADAS DE 2019 A 2022



MAIS TRANSPARÊNCIA

A senadora Leila apresentou o PLP 6/2020, que torna obrigatória a informação pública de dados como o autor da emenda e em qual programa o recurso foi aplicado. Dessa forma, a população poderá acompanhar a atuação política dos parlamentares. O projeto ainda obriga o Poder Executivo a divulgar, de forma individualizada, o autor da emenda, o programa, a ação orçamentária, a data da liberação e pagamento, além da modalidade de licitação da obra e a pessoa física ou jurídica beneficiada.

RECURSOS PARA O DF

SAÚDE

Prioridade se faz com recursos! A senadora Leila tem se destacado no envio de recursos das emendas parlamentares para fortalecer a saúde pública do Distrito Federal. Em quatro anos de mandato, ela já indicou R\$ 50,5 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS) da capital do País. Para o Orçamento de 2023, por exemplo, Leila destinou R\$ 3.852.449 para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, que hoje é responsável pela gestão do Hospital de Base, Hospital de Santa Maria, além das unidades de pronto atendimento (UPAs) de Ceilândia, do Núcleo Bandeirante, do Recanto das Emas, de Samambaia, de São Sebastião e de Sobradinho. A maior parte do recurso será investida na compra de um acelerador linear, equipamento usado no tratamento de câncer.

EDUCAÇÃO

Desde que assumiu o mandato, em fevereiro de 2019, a senadora Leila tem trabalhado para ampliar o acesso à educação e reestruturar a rede de ensino. Foram enviados R\$ 46,5 milhões para essa área. A senadora apoiou a pavimentação de estradas que dão acesso a escolas rurais e a construção de creches no Distrito Federal. “Não ter onde deixar seus filhos afeta a rotina de uma família de baixa renda. A falta de creches atrapalha também a vida profissional das mães, que na maioria dos casos deixam de trabalhar para cuidar dos filhos”, explica Leila. Também foram enviados recursos para a reforma de salas e aquisição de equipamentos para as escolas.

ESPORTE

Leila destinou R\$ 24,2 milhões para o esporte do Distrito Federal. Os recursos foram alocados para financiar ações de inclusão social e promoção da saúde por meio da prática esportiva. O dinheiro já está sendo utilizado no desenvolvimento de projetos e eventos de esporte, educação e lazer. É o caso do “Rua de Lazer, Vem Brincar na Rua”, que reuniu centenas de crianças e jovens do Riacho Fundo para uma divertida manhã. “É revigorante ver a emenda parlamentar que destinei retornar em ações e serviços para a população”, afirmou Leila. A senadora também enviou R\$ 720 mil para a realização de eventos paradesportivos, como o Circuito Nacional de Vôlei para Surdos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pandemia da Covid-19 submeteu o mundo a uma crise de saúde pública e econômica sem precedentes na história recente, produzindo efeitos graves sobre as pessoas mais pobres e já expostas à maior vulnerabilidade social. As mulheres são as principais afetadas por essas consequências. Além do desemprego, o público feminino também teve de lidar com um aumento da violência doméstica. Para gerar renda a esse público, Leila destinou recursos para programas de capacitação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, no DF. Uma dessas iniciativas é coordenada pela Ação Social Caminheiros de Antônio de Pádua (Ascap). A entidade atende 150 mulheres de Ceilândia, do Sol Nascente e de Sobradinho que participam de um curso sobre corte e costura.



EM DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

LEILA CRITICA POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO E COBRA PROTEÇÃO AOS INDÍGENAS



Junior Hekura e Juliana de Paula Batista, da Hutukara Associação Yanomami, entregaram uma publicação contendo detalhes sobre o garimpo ilegal na terra indígena e propostas para combater o problema.

O aumento da criminalidade contra os povos originários foi um dos temas mais debatidos entre os parlamentares em 2022. Além de invadir e saquear terras indígenas, garimpeiros sequestraram e estupraram uma mulher e uma criança de 12 anos. A menina Yanomami não resistiu às agressões e morreu. Ela vivia na comunidade Aracaçá, na região de Waikás, uma das mais atingidas pelo garimpo ilegal na Terra Yanomami. Durante o sequestro, uma criança de três anos de idade também perdeu a vida, ao cair do barco usado pelos criminosos.

No Dia dos Povos Indígenas, a senadora Leila foi à tribuna do Plenário criticar a atual política indigenista do governo federal. “O governo federal tem manobrado para emperrar a demarcação das terras indígenas e o resultado é que elas foram interrompidas há um bom tempo. Parece haver um incentivo para que essas terras sejam ocupadas. É um retrocesso”, destacou.

Leila também integrou a Comissão Temporária sobre a Criminalidade na Região Norte, criada para investigar as mortes do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo. Ambos foram assassinados por homens envolvidos com pesca ilegal no Vale do Javari (AM). A comitiva de parlamentares esteve com integrantes da força tarefa que investigou o caso e de outros órgãos federais envolvidos. Após os encontros, os parlamentares se reuniram com representantes dos povos indígenas na sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari.

Para a representante do Distrito Federal no Senado, é fundamental aprovar a PEC 13/2022, que transforma o Ibama e o ICMBio em instituições permanentes de Estado. “Essa proposição de minha autoria vai dar

autonomia financeira e administrativa para essas entidades que, infelizmente, têm sido enfraquecidas neste governo”, afirmou.

“A situação que os povos originários estão enfrentando é uma crueldade. Pessoas saem de casa todos os dias sem saber se voltam para suas famílias, porque são alvos da criminalidade que tomou conta da região.”

MEIO AMBIENTE

A Floresta Nacional de Brasília sofreu, em 2022, uma redução de 40% da sua área, para a regularização da moradia de aproximadamente 40 mil pessoas que vivem nos assentamentos 26 de Setembro e Maranata. Ambientalistas e usuários da Flona criticaram o PL 2.776/2020. Dentre as principais queixas, a proposição que deu origem à Lei 14.447 não promoveu uma compensação ambiental conforme determina o Código Florestal Brasileiro. A senadora Leila Barros não apoiou o texto da legislação aprovada.

Quando foi criada, a Flona abrangeu áreas de colônias agrícolas já estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). A existência desses assentamentos dificultou a implementação das ações de conservação nos locais e a ausência de fiscalização do GDF permitiu que as áreas urbanas crescessem desordenadamente. “A situação criou obstáculos tanto para a consolidação da unidade de

conservação como para a garantia das condições mínimas de desenvolvimento social e econômico. A saída que encontraram foi fazer a regularização fundiária sem olhar para o meio ambiente, principalmente para os impactos que sofrerão mananciais de água doce e o clima da nossa cidade”, lamentou Leila.

Leila defendeu uma alternativa mais alinhada ao meio ambiente. Ela foi relatora de uma proposição que visava resolver o pedido de mais infraestrutura para os moradores, ao mesmo tempo em que ampliava as áreas de conservação e proteção ambiental. Para chegar ao texto final do PL 4.379/2020, Leila promoveu diversas reuniões com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que apoiou integralmente a proposta construída por ela. O texto foi aprovado no Senado, mas foi engavetado na Câmara dos Deputados.

DIFERENÇAS ENTRE O RELATÓRIO CONSTRUÍDO POR LEILA E A LEI 14.447, SANCIONADA SEM VETOS

	Texto construído por Leila (PL 4.379)	Lei 14.447
Área retirada da Flona	1.907 hectares	3.071 hectares
Área incorporada à Flona	400 hectares	Nenhuma
Incorporação de áreas desprotegidas ao Parque Nacional de Contagem	4.185 hectares	Nenhuma
Preservação dos mananciais de água doce	SIM	NÃO
Total de área protegida na compensação ambiental	4.585 hectares	-----

Um hectare equivale a aproximadamente um campo de futebol

INCENTIVO A CARROS ELÉTRICOS

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o projeto da senadora Leila Barros que cria uma política de incentivo tributário à pesquisa de desenvolvimento da mobilidade elétrica no Brasil. O PL 6.020/2019 determina que as empresas beneficiadas por renúncias fiscais no programa de inovação Rota 2030 deverão aplicar 1,5% do benefício tributário em pesquisas sobre o desenvolvimento da tecnologia para veículos elétricos. “O avanço dos veículos elétricos é um processo em rápida evolução no mundo. O Brasil precisa estar pronto para esse cenário e fortalecer a indústria automotiva, que é responsável por 20% do PIB industrial”, afirmou a senadora Leila. Caso o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República, os incentivos à pesquisa de mobilidade elétrica poderiam atingir R\$ 135 milhões. Nos primeiros 10 anos, os aportes para pesquisa chegariam pelo menos a R\$ 1,3 bilhão. A análise do projeto cabe agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

VOCÊ SABIA?

A senadora Leila é autora de uma proposição para proteger e fortalecer o Ibama e o ICMBio. A PEC 13/2022 transforma as entidades em instituições de Estado, garantindo a elas autonomia técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial. Além disso, estabelece um mandato de quatro anos aos gestores das entidades, que poderão ser reconduzidos uma única vez. Se a Emenda Constitucional for aprovada e promulgada, os indicados deverão cumprir uma série de requisitos técnicos e, para assumir o posto, deverão passar por sabatina e aprovação do Senado.



SEGURANÇA DE BARRAGENS



Uma reivindicação de mais de 40 anos das pessoas atingidas pela construção de barragens deu um importante passo no Senado. A Comissão de Meio Ambiente aprovou o relatório favorável da senadora Leila ao projeto que cria a Política Nacional para Atingidos por Barragens (PNAB). O Brasil construiu usinas hidrelétricas e barragens de exploração mineral sem haver uma regra clara sobre como lidar com os direitos de populações próximas a essas grandes obras. O PL 2.788/2019 estabelece os ritos a serem seguidos na construção dessas estruturas, fazendo com que as consequências sejam as menos dramáticas possíveis para as populações atingidas e garantindo segurança jurídica para os empreendedores. O projeto será analisado pela Comissão de Infraestrutura.

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

O Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro à ampliação da validade de concursos públicos homologados antes da pandemia. O placar ficou 351 votos contra 16, entre os deputados, e 55 votos contra zero, na votação dos senadores. “A prorrogação dos prazos de validade significa economia aos cofres públicos, uma vez que os certames não precisarão ser refeitos a curto prazo. As concurseiras e os concurseiros podem contar sempre com o meu apoio para que, em breve, possam assumir seus cargos.”

ZILDA ARNS NO LIVRO DE HERÓIS

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou a inclusão do nome da médica pediatra e sanitária Zilda Arns no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O PL 1.560/2021 obteve parecer favorável da senadora Leila Barros. Zilda é referência nacional e internacional no desempenho de ações humanitárias e em defesa da vida, como as desenvolvidas por meio das Pastorais da Criança e do Idoso, ambas criadas pela médica.

RECONHECIMENTO

A Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) concedeu à senadora Leila a Comenda Saulo Ramos. A honraria é entregue a parlamentares que se destacaram na defesa do fortalecimento da carreira de Advogado da União e da Advocacia-Geral da União. Ela recebeu o certificado das mãos do presidente da Anauni, Clóvis dos Santos Andrade, e do diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Tobias Morato.



100% A FAVOR DOS TRABALHADORES

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) lançou uma ferramenta que reúne os votos de cada parlamentar em pautas de interesse dos trabalhadores. Entre os senadores do Distrito Federal, Leila foi a única que apoiou 100% das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras. Apenas três parlamentares de toda a bancada federal do DF no Congresso Nacional colocaram o mandato a serviço dessa classe. Acompanhe o trabalho do seu parlamentar em quemfoiquem.org.br.

LUTA PELA CULTURA



A senadora Leila trabalhou pela derrubada dos vetos às leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo. Ambas as legislações incentivam as atividades culturais, em especial demandadas pelas consequências do período pandêmico que impactou significativamente o setor nos últimos dois anos. Juntas, as leis preveem repasses de R\$ 6,86 bilhões ao segmento. “O setor cultural é um dos mais importantes da economia nacional, gerando cidadania por meio do emprego, da renda e da promoção da nossa história como sociedade. É preciso garantir mecanismos que ofereçam aos profissionais da área novas maneiras de recomeçar”, defendeu a parlamentar.

AGILIDADE NOS DESASTRES NATURAIS

A senadora Leila Barros voltou a cobrar a análise do PLP 257/19, de sua autoria, que tem como objetivo aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União às calamidades públicas. A proposta acelera a liberação de recursos para apoiar ações que atendam a situações provocadas por essas calamidades. “O noticiário de todos os anos, por si só, reforça a necessidade de o Congresso Nacional deliberar o mais rapidamente possível sobre esse tema. Temos a possibilidade de oferecer uma resposta concreta e que vai agilizar a ajuda necessária para aliviar o sofrimento de famílias que mais precisam do poder público”, defendeu Leila.



PETRÓPOLIS - Em fevereiro de 2022, os moradores de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, viveram momentos de pânico com as fortes chuvas que atingiram o município. O temporal deixou mais de 200 mortos, as ruas da cidade foram tomadas por lixo, lama e carros enguiçados que foram arrastados pela enxurrada. A tragédia mobilizou senadores a instalarem uma comissão para apresentar relatório apontando eventuais causas para ter ocorrido o desastre e propor políticas públicas para evitar a repetição das cenas.

A senadora Leila foi uma das indicadas para participar dos trabalhos, que se encerraram com a aprovação de um documento prevendo 95 recomendações aos gestores do poder Executivo municipal, estadual, ao governo federal, a órgãos e instituições de governo e da sociedade civil. Entre outras medidas, o relatório sugere aprimorar os sistemas de previsão de chuvas; dotar Petrópolis de uma entidade destinada a monitorar os riscos geológicos do município; aumentar a capacidade de drenagem de águas pluviais; promover a desocupação de áreas de risco; criar abrigos; e realizar simulações de tragédias para que a população saiba como agir em situações críticas.

MAIS PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS

A senadora Leila Barros liderou uma audiência pública sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. O objetivo é apontar caminhos para aprimorar as estruturas legais de proteção aos jovens. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Diego Bezerra, lamentou o fato de o plano lançado pelo governo federal ter um orçamento de R\$ 109 milhões, “muito aquém das necessidades de um país continental e com tão graves problemas.”

Lei Henry Borel - O Congresso Nacional aprovou o projeto que criou a Lei Henry Borel (14.344), em homenagem ao garoto de quatro anos assassinado no Rio de Janeiro pela mãe e o padrasto. A norma contou com o voto favorável da senadora Leila. Ela estabelece medidas protetivas específicas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, considera crime hediondo o assassinato de menores de 14 anos e estabelece mecanismos de proteção às pessoas que denunciarem esse tipo de crime.

GUERRA NA UCRÂNIA



A guerra entre Rússia e Ucrânia também marcou o ano de 2022. Estima-se que mais de 10 mil pessoas morreram no conflito que acirrou os ânimos de lideranças globais. A senadora Leila cobrou sensatez e responsabilidade. “Precisamos recuperar a economia mundial, alimentar as famílias com fome e criar condições para que elas sobrevivam, além de eliminar as desigualdades, entre tantas outras tarefas essenciais. Não queremos mais mortes, destruição e horror. Não à guerra, sim à paz!”, clamou a parlamentar.

MANDATO PRODUTIVO E ECONÔMICO

MANDATO DE LEILA É UM DOS MAIS EFETIVOS E ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL

O mandato da senadora Leila é destaque também na transparência e economia de recursos públicos. Em quatro anos de trabalho, ela economizou R\$ 1.523.594,23, sendo considerada uma das parlamentares mais econômicas da Casa. Leila também é dona de um dos mandatos mais transparentes. O Radar do Congresso classificou o trabalho da senadora como o mais transparente entre a bancada do Distrito Federal e o segundo entre todos os 81 senadores. A avaliação levou em conta 11 indicadores, dentre eles presença nas redes sociais, atualização de site próprio, divulgação das contratações com a verba indenizatória e ampla publicidade dos servidores contratados, funções exercidas e salários. "Quando se trata de responsabilidade com o dinheiro público, a transparência é regra no meu mandato", defendeu Leila. "Seguirei mantendo meu compromisso de dar ampla publicidade às minhas ações legislativas e zelar pelo dinheiro público." Na produção Legislativa, Leila se destaca por ser relatora de 155 projetos

e ter apresentado 100 proposições. Deste total, 10 já foram aprovadas pelo Senado e sete estão aguardando análise dos deputados e podem ser encaminhadas para sanção, caso recebam o aval deles.

Leila é autora de três leis já em vigor. Além da Lei do Stalking (destacadas nas páginas 14 e 15), também foi criada pela parlamentar do DF uma legislação que manteve os hospitais filantrópicos em funcionamento durante a pandemia (Lei 14.189) e outra que atualizou a Política Nacional de Segurança de Barragens, dando mais segurança a essas estruturas e protegendo a população.

Além disso, Leila foi relatora de outras 12 leis também em vigor. São, ao todo, 15 legislações que contam com participação direta na construção e aprovação do texto, resultado expressivo, principalmente para uma parlamentar que está apenas na metade do primeiro mandato.

FIQUE POR DENTRO DO MANDATO



Quer conhecer todas as Leis que contaram com a contribuição de Leila? Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE ao lado. Boa leitura!

VOCÊ SABIA?

Todo recurso economizado pelos congressistas fica à disposição do Senado e da Câmara, podendo ser utilizado em outras atividades relativas ao Poder Legislativo. Se, no fim do ano, os valores ainda estiverem disponíveis, a verba retorna à União para formar o orçamento do ano seguinte. A senadora Leila tem outra ideia para os recursos. Em 2019, ela apresentou um projeto que dará aos parlamentares econômicos a oportunidade de destinar essa verba para melhorias nas áreas da saúde, educação e assistência social em seus estados.

TÁ NA REDE

 **Bruna Torinelli** - Estou com você, Leila. Uma mulher que tem uma história vitoriosa e significativa na política me representa muito. Eu acredito na força das mulheres. 🙌🙌🙌 Vamos lá 🙌🙌

 **Leila Barros (Leila do Vôlei)** - Olá, querida Bruna! Obrigada pela sua mensagem. Fico feliz em saber que você tem acompanhado nosso trabalho. A pauta feminina sempre será prioridade no meu mandato, e nós, mulheres, precisamos ter mais participação na política e também no mercado de trabalho. Obrigada pelo voto de confiança. Um grande abraço para você e toda a família. 🥰

 **Mário Campos** - Sempre a acompanhei. Quando você surgiu no esporte, uma legião de fãs ressurgiu e fez do vôlei o segundo esporte mais praticado nas escolas do Brasil. Minhas filhas praticaram vôlei por incentivo do projeto social que você idealizou. Foi transformador na vida delas. Os professores eram rigorosos na disciplina e elas adoravam estar em quadra, treinando e jogando. Obrigado pelos serviços prestados à comunidade. Agora, na vida pública, espero que não decepcione esses meninos que hoje são seus eleitores! Parabéns!!!!

 **Leila Barros (Leila do Vôlei)** - Mário, que alegria ler sua mensagem. Obrigada por compartilhar a história das suas filhas conosco. Ler sua mensagem me motiva mais ainda a cumprir essa missão com êxito. E quero deixar aqui registrado o meu compromisso em trabalhar pelo esporte brasileiro. Por meio da prática esportiva, tenho certeza de que contribuimos para a formação de cidadãos preparados para os desafios do dia a dia. Um grande abraço para vocês!

 **Thales Talito** - Quanto orgulho de você Leila, fui um fã dedicado quando você ainda estava as quadras de vôlei! E hoje sou feliz por ver que a grande atleta se tornou uma grande pessoa. Você demonstra, em suas ações como senadora, que é uma cabeça pensante em prol do seu povo e uma pessoa consciente das dificuldades das "minorias"! Brava 🙌🙌🙌

 **Leila Barros (Leila do Vôlei)** - Thales, obrigada pela sua mensagem. Estou honrada em saber que você acompanha minha trajetória. Sou muito grata ao esporte, ele transforma vidas e me colocou nessa posição tão desafiadora. Encaro o desafio de ser senadora como uma missão. Nessa missão, o meu foco sempre foi e continuará sendo construir um Brasil melhor. Acredito que possamos ter um país mais justo e solidário. Um grande abraço!!!

 **Romário** - Me orgulho em ler seus posts. Admiro sua generosidade, firmamento nas ideias e projetos, vendo com coerência e dinâmica os interesses dos brasileiros. Almejo a você uma vitória necessária para o DF.

 **Leila Barros (Leila do Vôlei)** - Romário, que alegria receber sua mensagem. Fiquei muito feliz em saber que está acompanhando o trabalho desenvolvido até aqui no Senado. Sou filha dessa terra e estou em busca de melhorias para nós brasiliense e para todos os brasileiros. É uma tarefa árdua, e o apoio que recebo de vocês me faz ter certeza de que é possível construir mudanças por meio da política. Seguiremos juntos em busca de um Brasil forte!

 **Fátima Macieira** - Leila, estou cada dia mais admirada com o seu trabalho. Você tem sido uma benção na vida de muitas pessoas. Terá o meu respeito, sempre! ❤️🙌🙌

 **Leila Barros (Leila do Vôlei)** - Minha querida Fátima, obrigada pelo carinho 🥰. Ler sua mensagem mostra que minha missão está sendo cumprida. O meu propósito é colocar as pessoas em primeiro lugar. Um abraço a você e toda sua família!!



QUER FICAR POR DENTRO DO TRABALHO DA LEILA?

1º Salve o número 61 99819-3888

2º Envie seu nome e sua cidade



f   LEILADOVOLEI
LEILADOVOLEI.COM.BR